

**HABEAS CORPUS Nº 558.074 - PE (2020/0012695-5)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**ROBERTA RODRIGUES PITANGA DE MACEDO - PE022714**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : ANDERSON MARTIM DE SOUZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **ANDERSON MARTIM DE SOUZA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que "o paciente está custodiado há mais de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses à espera do término do processo, sem que seja exarada sentença judicial" (e-STJ, fl. 2).

Pleiteia o relaxamento da prisão preventiva imposta ao paciente.

O pedido de medida liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento ou pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Apesar da garantia constitucional que assegura às partes a razoável duração do processo e a celeridade na tramitação do feito (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal), esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que a demora para a conclusão dos atos processuais não pode ser verificada da simples análise dos prazos previstos em lei, devendo ser examinada de acordo com os princípios da razoabilidade e conforme as peculiaridades do caso concreto.

A propósito:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. 1. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. 2. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE SOCIAL DO RECORRENTE EVIDENCIADA. ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO DE DROGAS. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. 3. RECURSO DESPROVIDO.

1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesadas as particularidades da causa.

2. Na espécie, não se constata o alegado constrangimento ilegal, pois o recorrente, preso cautelarmente em 17/11/2015, responde, juntamente com outro agente, a processo no qual se apura a prática de homicídio qualificado. Em 6/12/2016 a audiência de instrução e julgamento foi suspensa em virtude da não localização das testemunhas arroladas, tendo sido determinada a realização de diligências no sentido de localizá-las. A ação penal vem tramitando de forma regular, com último andamento processual realizado na recente data de 2/5/2017, determinando a designação de audiência de instrução e julgamento (continuação) para o dia 16 de agosto de 2017, às 13 horas, ficando intimado o Representante do Ministério Público e o Defensor Público dos réus, o que conduz à conclusão de que inexistente o alegado excesso de prazo para a formação da culpa, não havendo, na hipótese, desídia a ser atribuída ao órgão jurisdicional.

[...]

5. Recurso ordinário a que se nega provimento."

(RHC 80.701/AL, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO CAUTELAR. LATROCÍNIO TENTADO. DOIS RECORRENTES. CONHECIMENTO PARCIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. FUNDAMENTAÇÃO. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES. INADEQUAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL NÃO CARACTERIZADO. ENUNCIADO DE SÚMULA N. 52 DO STJ. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PLURALIDADE DE RÉUS. PERÍCIAS. QUEBRA SIGILO TELEFÔNICO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

[...]

6. O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ). (RHC 62.783/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 1º/09/2015, DJe 08/09/2015).

7. No caso, considera-se regular o prazo de tramitação do processo, tendo em vista a pluralidade de réus (4), representados por advogados distintos, com diversos pedidos de diligências, perícias, oitiva de testemunhas e quebra de sigilo telefônico, o que protraí, também, o andamento da ação penal. Ademais, a instrução processual está encerrada e o processo se encontra concluso para julgamento (sentença).

8. Ausente a alegada desídia da autoridade judiciária na condução da ação penal e presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, não há falar em constrangimento ilegal hábil a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça (Precedentes).

9. Recurso parcialmente conhecido e não provido."

(RHC 77.699/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 05/05/2017).

Sobre o andamento do processo, consta das informações prestadas pela autoridade coatora:

"Nas informações prestadas por meio do Ofício nº 0075/2019/2019-Gab1ªVCr (fls. 25-v/26), foi registrado que já foi encerrada a instrução criminal, tendo sido apresentadas alegações finais pelo Ministério Público em 13.12.2018 e pela defesa em 26.03.2019.

Contudo, nas alegações finais apresentadas pela defesa foi requerido, em sede de preliminar, o afastamento da competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cabo de Santo Agostinho, pelo crime, sob o argumento de que seria o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Santo Agostinho, prevento.

Em virtude do requerido foi, conforme se verifica às fls. 26, 'acostada certidão de processos existentes em desfavor dos réus' e, em seguida, foi convertido 'o julgamento em diligência, no dia 20/08/2019, a fim de averiguar, dentre os feitos que tramitam em desfavor do paciente e dos réus na 2ª Vara Criminal, possível continuidade delitiva ou conexão'.

Assim, como registrado pelo magistrado de primeiro grau às fls. 26, o feito encontra-se aguardando a remessa ao Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cabo de Santo Agostinho das denúncias a que o paciente e os réus respondem na 2ª Vara Criminal da Comarca de Cabo de Santo Agostinho, 'para, em seguida, em não sendo o caso de reunião dos feitos neste ou naquele juízo, seja prolatada a sentença'.

Verifica-se, portanto, que houve o encerramento da instrução criminal, aplicando-se, pois, ao caso sub examine, a Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça: 'Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo'. Eventual atraso decorre da arguição, pela defesa, nas alegações finais apresentadas em 26.03.2019, de prevenção do Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cabo do Santo Agostinho, tendo o Juízo processante da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cabo de Santo Agostinho determinado, em 20.08.2019, diligências para envio das denúncias e análise de 'possível continuidade delitiva ou conexão'.

Além disso, vale ressaltar que o excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto." (e-STJ, fls. 50-51)

No caso, verifica-se que o feito vem tramitando adequadamente, sendo compreensível a dilação de lapso temporal em decorrência do pedido da parte, que suscitou, em alegações finais, a prevenção de outro Juízo.

Como se vê, o processo, considerando sua complexidade, seguiu marcha regular e os atos processuais foram praticados em prazos razoáveis, não havendo falar em desídia por parte do Juízo, que terminou a instrução processual e aguarda a resolução do incidente suscitado pela parte, para sentenciar.

Confiram-se, ainda, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ ANALISADO PELO STJ EM OUTRO PROCESSO. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA PARTE, NEGADO PROVIMENTO.

I - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes).

II - *In casu*, verifica-se que, apesar do atraso na instrução criminal, ele se justifica, tendo em vista a complexidade do feito, em razão da pluralidade de acusados, além das peculiaridades do caso concreto, com necessidade de expedição de carta precatória para interrogatório dos réus, bem como para oitiva de testemunha, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário.

[...]

Recurso ordinário conhecido em parte e, nessa parte, negado provimento." (RHC 106.219/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe de 11/02/2019).

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. RESISTÊNCIA. HOMICÍDIO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A complexidade da causa, o concurso de pessoas, a expedição de cartas precatórias e a intensa movimentação processual são indicativos de que a marcha processual, embora superados os prazos legais, seja razoável à espécie. Precedentes.

2. A análise do excesso de prazo na instrução criminal deve ser realizada segundo as peculiaridades do caso concreto, à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, e não pela simples soma aritmética.

3. Recurso ordinário a que se nega provimento, com recomendação de urgência na conclusão do feito".

(RHC 103.483/AL, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe de 04/02/2019).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Recomenda-se, entretanto, **de ofício**, ao Juízo processante da Ação Penal

# *Superior Tribunal de Justiça*

n. 01577-29.2017.8.17.0370, que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o tempo decorrido e o disposto na Lei n. 13.964/2019. Recomenda-se, igualmente, celeridade.

Comunique-se ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cabo de Santo Agostinho.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator